

Saúde, Trabalho e Ambiente em pauta permanente

A Constituição Brasileira de 1988, no capítulo da Seguridade Social, e a Lei Orgânica da Saúde de 1990 deram às relações entre os trabalhadores e o trabalho um lugar de destaque quando tratam da definição de saúde e da necessidade de atuação setorial e intersetorial nos âmbitos da vigilância, da prevenção de agravos e da promoção de ambientes saudáveis.

A Revista Ciência & Saúde Coletiva, ciente da importância dessas questões, já publicou vários números sobre o tema, e este em particular se compõe de textos enviados espontaneamente pelos autores, em demanda aberta. Dada a dimensão e a variedade que essa demanda representa, este número contém uma pequena amostra de alguns investimentos em pesquisa que estão sendo feitos no campo. Essa seleção de textos, por exemplo, mostra que os pesquisadores estão estudando mais a situação dos trabalhadores do setor de serviços, assunto que em anos passados era secundarizado. Mas também continuam a fazer inflexão sobre temas antigos como contaminação por agrotóxicos, adoecimento em trabalhos de mineração, vigilância, exposição a riscos e muitos outros que tratam de categorias específicas ou articulam saúde e ambiente.

Nos vários artigos se observam os influxos das mudanças atuais no âmbito das relações de trabalho e nos mais diferentes setores, acompanhando um movimento mundial de reestruturação produtiva que se associa, sem eliminá-las, a formas arcaicas de produção e que têm em comum a ênfase: na globalização dos mercados, na privatização dos serviços públicos, na rápida incorporação tecnológica para a produção de bens e serviços, no aumento do trabalho informal e na exclusão social de pessoas com escassa formação escolar e sem especialização. Todos esses aspectos, somados aos problemas estruturais do país, trazem profundas conseqüências para a vida e a saúde do trabalhador, evidenciadas em importantes modificações de sua composição espacial, da dinâmica do emprego, do desemprego e do grau de formalização por gênero, idade e categorias.

Ao tema da saúde do trabalhador em seu processo de trabalho, e que abrange as relações técnicas, hierárquicas, econômicas e simbólicas, se acrescenta a força da questão ambiental que cada vez mais informa um novo *ethos* na relação do ser humano com a natureza, com a produção de bens e serviços, com o consumo e com os outros seres vivos.

É importante ressaltar que o artigo de debate dá ênfase às interconexões entre saúde e ambiente tratando de forma dinâmica e vívida o tema da intersetorialidade, assunto sempre problemático e difícil de ser concretizado na prática, embora constitua um requisito clássico na concepção do SUS. O texto que inicia o número trata das várias e possíveis interações entre saberes e competências profissionais para a produção de mudanças a favor dos trabalhadores, tomando como exemplo a atuação no setor sucroalcooleiro. Essa linha de trabalho, e compromisso, que busca construir um conhecimento estratégico capaz de ser utilizado pelos operadores do direito e da vigilância em saúde, e que consegue articulá-lo a favor da qualidade de vida dos trabalhadores, pode ser tomada como uma tendência da produção acadêmica de alguns estudiosos da área.

Nesse sentido, o artigo inicial e o debate que o acompanha poderiam ser considerados um desafio para os pesquisadores, de modo que aprofundem os problemas de saúde e ambientais que afligem os trabalhadores e a população frente aos grandes empreendimentos, nesse momento histórico em que o agronegócio se consolida e as gigantescas obras de infra-estrutura estão em pleno vapor no Brasil. Isso significaria uma chamada importante para que abracem, cada vez mais, um modelo amplo, aberto e complexo em relação a seus objetos de pesquisa, em que condições de vida, saúde e ambiente se entrecruzem com ações de promoção da vida e de vigilância de agravos, configurando importante abordagem ecossistêmica.

Maria Cecília de Souza Minayo

Editora-Chefe